

Análise dos Planos Nacionais de Turismo 2013/2016 e 2018/2022: um olhar para as diretrizes relacionadas ao turismo social

Isadora de Oliveira Pinto Barciela¹
Edmur Antonio Stoppa²

Resumo

O turismo social tem como principal propósito incluir os indivíduos de classes sociais mais baixas no consumo turístico, contribuindo com o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão, através do turismo responsável, corroborando com o direito dos sujeitos em utilizarem seu tempo livre em lazer ou viagens. (Paula, 2013 & Código Mundial de Ética do Turismo, 1999). A Lei geral do Turismo, Lei nº 11.771 (2008), estabelece que os Planos Nacional de Turismo devem propor programas que promovam a inclusão e democratize a atividade no Brasil, propiciando acesso ao turismo no país a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral. Nesse sentido, sob a luz desse princípio, o objetivo central deste trabalho foi analisar os Planos Nacionais de Turismo pela perspectiva do turismo social, identificando as diretrizes, estratégias e ações relacionadas a esse segmento nos documentos posteriores a Lei nº 11.771/2008, ou seja, PDT 2013/2017 e PDT 2018/2022, visando compreender se os planos incorporaram essas dimensões sociais, especificamente estratégias para inclusão e acesso das classes sociais menos favorecidas às viagens turísticas. Também buscou verificar se houve diferenças na maneira que o turismo social foi abordado nos planos, identificando de que forma os aspectos políticos do momento, como sujeito e partido que estavam no poder executivo interferiram no processo de construção do documento, uma vez que o PDT 2013/2017 foi concebido em uma gestão mais progressista e o PDT 2018/2022 em uma gestão conservadora. Assim, o trabalho foi realizado por meio da combinação da pesquisa bibliográfica exploratório-descritiva e documental, na linha da pesquisa qualitativa. A análise demonstrou que ambos os documentos possuem caráter econômico e não se aprofundam na questão social, no entanto, se diferenciam ao abordarem o tema e a importância da inclusão social e democratização das viagens e da atividade turística. No Plano de 2013/2016 notou-se uma abordagem mais afirmativa através da possibilidade da criação e continuidade dos programas de incentivo ao turismo social para a participação popular na atividade, contudo, as estratégias não são exploradas. Já no plano 2018/2022 o turismo social foi abordado como um conceito e visto pelo viés da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e terceira idade, não se preocupando efetivamente com a questão da inclusão a

¹ Bacharel em Turismo pela UNESP. Mestranda do PPGTUR EACH USP. <http://lattes.cnpq.br/4239976638091360>. isadorabarciela@gmail.com.

² Doutor em Educação Física pela UNICAMP. Profº Drº do PPGTUR EACH USP. <http://lattes.cnpq.br/1303396760085915>. stoppa@usp.br.



XVII Seminário ANPTUR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

IMPACTOS DA PESQUISA E DA
PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E
HOSPITALIDADE NA SOCIEDADE

02 A 04 DE DEZEMBRO DE 2020
WEBSEMINÁRIO
ANAIS ANPTUR | ISSN 2359-6805

partir da renda e das condições sociais dos indivíduos, se isentando também da possibilidade de promover subsídios de incentivo as viagens.

Palavra Chave: Plano Nacional de Turismo; Turismo Social; Políticas Públicas.